

Concurso Público - 02/2024 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA - CONSULTOR JURÍDICO

Consultor Jurídico

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES NESTA PÁGINA

* Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno de Questões com o enunciado das questões da prova objetiva e da prova discursiva.

b) a Folha de Respostas, destinada às respostas das questões da prova objetiva.

c) a Folha de Resposta, contendo 30 (trinta) linhas, destinada à resposta da questão discursiva.

* É responsabilidade do candidato certificar-se de que recebeu a prova correspondente ao cargo para o qual concorre (verifique o cabeçalho do Caderno de Questões).

Notifique o fiscal qualquer irregularidade.

FOLHEAR O CADERNO DE QUESTÕES ANTES DO INÍCIO DA PROVA IMPLICA NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO. SOMENTE APÓS AUTORIZADO O INÍCIO DA PROVA, VERIFIQUE SE ESTE CADERNO DE QUESTÕES ESTÁ COMPLETO E EM ORDEM.

* O tempo de duração da prova será de 5h:00min, incluindo o tempo de marcação da folha de resposta.

NOTIFIQUE O FISCAL QUALQUER IRREGULARIDADE IMEDIATAMENTE.

* Verifique se as informações contidas nas Folhas de Respostas estão corretas. Caso contrário, notifique o fiscal.

* Após a conferência, o candidato deverá assinar seu nome, com caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, no espaço próprio da Folha de Respostas das questões objetivas.

* Não assinar ou efetuar qualquer marcação na Folha de Resposta da questão discursiva.

* Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas (dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, falta de marcação, campo de marcação não preenchido integralmente e qualquer forma de identificação na Folha de Resposta da questão discursiva).

* Tenha muito cuidado com as Folhas de Respostas para não DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR. As Folhas de Respostas somente poderão ser substituídas caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior- BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA.

* Ao candidato somente será permitido levar o Caderno de Questões 1 (uma) hora antes do horário previsto para o término da prova.

* Será ELIMINADO do Concurso o candidato que:

a) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, smartphone, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, media player, agenda eletrônica, tablet, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, qualquer equipamento que capture imagem, controle de alarme de carro, ou qualquer outro aparelho eletrônico não mencionado), quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova.

b) ausentar-se da sala de prova, durante o período de realização de sua prova, portando o caderno de questões da Prova Escrita Objetiva e Discursiva ou o Cartão de Respostas e a Folha de Resposta ou qualquer equipamento eletrônico.

c) fizer anotação de informações relativas às suas respostas da Prova Escrita Objetiva em qualquer meio.

** Quando terminar, entregue obrigatoriamente ao fiscal a Folha de Respostas.*

NÃO DEIXE DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA

Língua Portuguesa

Questão 01

(Correta: D)

Indique a alternativa que demonstre a justificativa correta para o uso da crase no trecho a seguir:

À medida que o tempo passava, ficava mais claro que a decisão de investir em tecnologia foi acertada.

- (A) Regência Nominal.
- (B) Regência Verbal.
- (C) Locução Prepositiva.
- (D) Locução Conjuntiva.
- (E) Locução Adverbial.

Questão 02

(Correta: C)

Qual é a função da linguagem predominante no Texto a seguir?

No setor de saúde, a IA tem sido fundamental. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a implementação de sistemas de IA para diagnóstico pode melhorar a precisão em até 30%, reduzindo erros médicos e salvando vidas. Esses números são corroborados por um estudo do MIT, que revelou que algoritmos de IA são capazes de detectar câncer de mama com uma taxa de precisão de 87%, comparado a 73% dos radiologistas humanos.

- (A) Emotiva.
- (B) Expressiva.
- (C) Referencial.
- (D) Fática.
- (E) Conativa.

Questão 03

(Correta: B)

A derivação é um dos processos de formação de palavras na língua portuguesa. Ela pode ocorrer quando uma palavra base (ou radical) recebe afixos (prefixos, sufixos, infixos ou circunfixos) para formar uma nova palavra com significado diferente.

Acerca dessa temática, assinale a alternativa que apresenta uma informação INCORRETA:

- (A) Derivação regressiva: Acontece quando a nova palavra é formada pela redução da palavra original. É comum na formação de substantivos a partir de verbos. Por exemplo, "corte" (substantivo derivado do verbo "cortar").
- (B) Derivação parassintética: Ocorre quando a adição de prefixo e sufixo é simultânea e necessária para a formação da palavra, existindo assim a forma intermediária. Por exemplo, "empobrecer" (prefixo "em-" + radical "pobre" + sufixo "-ecer").

- (C) Derivação prefixal e sufixal: Neste caso, a palavra recebe simultaneamente um prefixo e um sufixo. Por exemplo, "deslealdade" (prefixo "des-" + radical "leal" + sufixo "-dade").
- (D) Derivação imprópria: Consiste na mudança da classe gramatical da palavra sem a adição de afixos. Por exemplo, "pobre" (adjetivo) pode se tornar "o pobre" (substantivo).
- (E) Derivação sufixal: Envolve a adição de um sufixo à palavra base, geralmente modificando sua classe gramatical. Por exemplo, "felicidade" (radical "feliz" + sufixo "-idade").

Questão 04

(Correta: E)

Considere as afirmativas relacionadas à Acentuação Gráfica e o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- () O acento diferencial em palavras homógrafas não é mais empregado. Exceto das palavras pôr e por, pôde e pode.
- () O acento diferencial é empregado em situações em que há a distinção de tempo verbal e singular e plural de verbos.
- () O acento circunflexo não é mais empregado em palavras paroxítonas que terminam em êem e palavras com o hiato oo.

Assinale a alternativa com a sequência CORRETA:

- (A) V, F, V.
- (B) V, V, F.
- (C) V, F, F.
- (D) F, V, V.
- (E) V, V, V.

Questão 05

(Correta: C)

A vírgula é um sinal de pontuação fundamental na escrita, pois sua correta utilização garante a clareza e a precisão do texto. Sua função principal é indicar pausas e separar elementos dentro de uma oração, o que ajuda a evitar ambiguidades e facilita a compreensão da mensagem.

Nesse contexto, no período: "Ainda neste final de semana, vamos concluir o projeto que temos trabalhado arduamente nos últimos meses", a vírgula foi empregada com a função de:

- (A) Separar o sujeito do predicado, pois o período está escrito em ordem indireta.
- (B) Isolar o aposto explicativo que aparece em destaque no início do período.
- (C) Separar o adjunto adverbial de tempo, termo deslocado na oração, do sujeito.

- (D) Destacar o sujeito, que é o termo inicial do período.
(E) Separar o sujeito do predicado, pois o período está escrito em ordem direta.

Questão 06

(Correta: D)

Analise as afirmações que seguem a respeito do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

I.A Língua Portuguesa era composta por 23 letras antes do novo acordo. Após as mudanças, o alfabeto passou a ter 26 letras.

II.No novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, o uso do trema não é mais empregado: nem em palavras portuguesas nem em palavras aportuguesadas.

III.O emprego do hífen foi o que mais sofreu mudanças com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Isso porque palavras que antes não tinham passaram a ter, enquanto outras deixaram de ter.

IV.No novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, o acento não é mais empregado em palavra paroxítonas com i e u depois de ditongo.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III e IV.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) I, II, III e IV.
(E) II, III e IV, apenas.

Questão 07

(Correta: B)

A concordância verbal é uma regra gramatical que determina a relação de acordo entre o verbo e o sujeito em número e pessoa. Em outras palavras, o verbo deve estar conjugado de maneira que corresponda ao sujeito da oração.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta um erro de concordância verbal:

- (A) Fazem-se necessárias medidas para melhorar a segurança.
(B) Precisam-se de mais informações para concluir o relatório com maior assertividade.
(C) Os alunos, bem como o professor, foram informados sobre a mudança no cronograma.
(D) Havia um conjunto de ferramentas que foram deixadas na garagem.
(E) Foram os moradores do condomínio que aceitaram o acordo.

Questão 08

(Correta: D)

Analise o seguinte texto:

A inteligência artificial (IA) tem se mostrado uma ferramenta revolucionária, com impactos profundos em diversas áreas da sociedade. De acordo com um estudo realizado pela McKinsey & Company, empresas que adotaram a IA experimentaram um aumento médio de 20% na produtividade. Essa situação demonstra claramente o potencial da IA em otimizar processos e reduzir custos operacionais. Além disso, a pesquisa da PwC estima que a IA poderá contribuir com até 15,7 trilhões de dólares para a economia global até 2030, evidenciando seu papel crucial no crescimento econômico.

Neste texto argumentativo, as ideias apresentadas são fundamentadas por meio de:

- (A) Descrições, que mostram um ponto de vista ou a perspectiva de quem descreve.
(B) Experiências pessoais, que demonstram conhecimentos vividos e não aprendidos externamente.
(C) Testemunhos alheios, que têm autoridade sobre o tema abordado.
(D) Dados, uma vez que são fatos cuja autenticidade pode ser facilmente comprovada.
(E) Exemplos, pois representam um caso específico ou concreto de uma afirmação geral.

Questão 09

(Correta: C)

Orações subordinadas substantivas são um tipo de oração subordinada que exerce a função de um substantivo dentro da oração principal. Em "*Foi decidido que a reunião será adiada para a próxima semana*", a oração "*que a reunião será adiada para a próxima semana*" é classificada sintaticamente como Oração Subordinada Substantiva:

- (A) Completiva Nominal.
(B) Objetiva Direta.
(C) Subjetiva.
(D) Objetiva Indireta.
(E) Predicativa.

Questão 10

(Correta: B)

Analise a charge que segue:



<https://www.facebook.com/chargesdoniniu>

A figura de linguagem predominante na charge é:

- (A) Eufemismo.
- (B) Antítese.
- (C) Comparação.
- (D) Metonímia.
- (E) Hipérbole.

Questão 11

(Correta: A)

Considerando que a palavra "QUE" pode exercer diferentes funções sintáticas na construção dos enunciados, assinale a alternativa cujo destaque seja uma conjunção subordinativa integrante:

- (A) Eu quero QUE você entenda o conteúdo com clareza.
- (B) Gosto de filmes QUE tenham um toque de comédia.
- (C) Vamos torcer, QUE o time vença logo na primeira rodada do campeonato.
- (D) QUE informação preciosa você acaba de me conceder!
- (E) Ele ficou tão satisfeito QUE enviou o valor antes do prazo.

Questão 12

(Questão anulada)

O significado das palavras é um aspecto essencial da comunicação e da compreensão da linguagem. Ele pode ser entendido em diferentes níveis, incluindo o significado literal, conotativo, denotativo e contextual. Nesse sentido, todas as palavras a seguir tem o seu

sinônimo apresentado corretamente, EXCETO:

- (A) Inofensivo - Inócuo.
- (B) Próprio - Peculiar.
- (C) Exigente - Frugal.
- (D) Duradouro - Perene.
- (E) Engando - Engodo.

Questão 13

(Correta: A)

A forma verbal "Lembrei" utilizada no período "Hoje logo pela manhã, lembrei-me do sentimento de alegria ao receber a notícia", possui diferentes regências na Língua Portuguesa.

Quando usado sem o pronome "se", o verbo "lembrar" é transitivo direto, ou seja, necessita de um complemento direto que recebe a ação verbal diretamente.

No entanto, quando usado com o pronome "se", o verbo "lembrar-se" pode ser transitivo indireto, dependendo do contexto. Nesse caso, o verbo é seguido por uma preposição, como "de", e o pronome reflexivo "se" indica o objeto indireto.

A mesma situação ocorre com o verbo:

- (A) Esquecer.
- (B) Aspirar.
- (C) Assistir.
- (D) Perdoar.
- (E) Pagar.

Questão 14

(Correta: A)

Variação linguística é um conceito que se refere às diferentes formas de uma língua que ocorrem entre diferentes grupos de falantes ou em diferentes contextos. Essas variações podem ser classificadas em vários tipos

Assinale a variação que se refere à adaptação da linguagem conforme o contexto de comunicação. Por exemplo, a linguagem usada em um ambiente formal, como em uma reunião de negócios, é geralmente mais cuidadosa e estruturada do que a linguagem informal usada entre amigos:

- (A) Variação Situacional (ou de Registro).
- (B) Variação de Estilo.
- (C) Variação Social.
- (D) Variação Geográfica (ou Dialeto).
- (E) Variação Histórica.

Questão 15

(Correta: D)

Analise o texto que segue:

A inteligência artificial (IA) tem se mostrado uma ferramenta revolucionária, com impactos profundos em

diversas áreas da sociedade. De acordo com um estudo realizado pela McKinsey & Company, empresas que adotaram a IA experimentaram um aumento médio de 20% na produtividade. Essa situação demonstra claramente o potencial da IA em otimizar processos e reduzir custos operacionais. Além disso, a pesquisa da PwC estima que a IA poderá contribuir com até 15,7 trilhões de dólares para a economia global até 2030, evidenciando seu papel crucial no crescimento econômico.

Em relação a utilização do pronome demonstrativo "ISSO" (contraído com a preposição DE = DISSO) no trecho "Além disso, a pesquisa da PwC estima que a IA poderá contribuir com até 15,7 trilhões de dólares para a economia global até 2030, evidenciando seu papel crucial no crescimento econômico" pode-se afirmar que:

- (A) Sua utilização está correta pois está se referindo a uma informação a ser citada posteriormente.
- (B) Poderia ser utilizado também o pronome ESTA pois está se referindo a uma informação citada anteriormente.
- (C) Sua utilização está incorreta pois está se referindo a uma informação citada anteriormente, devendo ser utilizado o pronome ESTA.
- (D) Sua utilização está correta pois está se referindo a uma informação citada anteriormente.
- (E) Sua utilização está incorreta pois está se referindo a uma informação de um texto argumentativo, devendo ser utilizado o pronome ESTA.

Ética no Serviço Público

Questão 16

(Correta: A)

A adesão aos Princípios Éticos não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também fortalece a confiança da população nas instituições públicas. Acerca dos Princípios Éticos do servidor público, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A indisponibilidade do interesse público informa que o servidor público tem a liberdade de dispor dos interesses públicos segundo conveniências pessoais ou políticas.
- (B) Moralidade refere-se à honestidade e à boa-fé nas ações e decisões, evitando qualquer forma de corrupção ou favorecimento indevido.
- (C) O Princípio da Eficiência exige que os servidores públicos desempenhem suas funções com competência, buscando os melhores resultados com o menor custo e tempo possível.
- (D) A Impessoalidade exige que os servidores públicos atuem com imparcialidade, sem favorecer ou prejudicar pessoas ou grupos específicos, assegurando que as ações e decisões sejam orientadas pelo interesse público e não por interesses particulares ou pessoais.
- (E) Por meio da Publicidade, os servidores públicos demonstram comprometimento com a ética e a responsabilidade, facilitando o acesso às informações e garantindo que as decisões sejam tomadas em observância ao Estado Democrático de Direito.

Questão 17

(Correta: B)

Acerca da relação entre Ética e Moral, analise as proposições a seguir:

I - A observância dos preceitos éticos e morais é imprescindível para qualquer indivíduo e ambos os conceitos estão profundamente interligados.

PORQUE

II – A ética e a moral lidam com questões entre certo e errado, bom e mau, e orientam a ação e o comportamento humano.

Assinale a alternativa correta:

- (A) As proposições I e II são falsas.
- (B) As proposições I e II são verdadeiras e a II justifica a I.
- (C) As proposições I e II são verdadeiras e a II não justifica a I.
- (D) A proposição I é falsa e a II é verdadeira.
- (E) A proposição I é verdadeira e a II é falsa.

Questão 18

(Correta: A)

Acerca dos conceitos sobre Ética, analise as proposições a seguir:

I – A ética como parte da filosofia com a finalidade de elaborar concepções profundas a respeito do ser humano e seu destino, do universo e da vida, institui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades.

II – A ética se origina do saber ético de determinada tradição cultural e se constitui em saber normativo, indicativo e prescritivo do agir humano.

III – A origem da Ética enquanto objeto de estudo deriva de diversas filosofias da Antiguidade, como o Sofismo, o Epicurismo e o Anabatismo.

IV – A ética como ciência da moral vive numa eterna reflexão de princípios e valores voltados para o esfacelamento da humanidade.

É correto o que se afirma:

- (A) I e II, apenas
- (B) II, apenas
- (C) III e IV, apenas
- (D) I, apenas
- (E) II e III, apenas

Questão 19

(Correta: D)

Sobre a Ética Profissional no Serviço Público, assinale a alternativa correta:

- (A) A atuação em conformidade com os preceitos da ética e da moral prejudica a imagem do servidor, bem como a da administração pública em geral.
- (B) O padrão ético implica em uma vida de excessos e depravação do servidor.
- (C) A função pública se trata de uma função livre e independente de qualquer regra ética.
- (D) A ética deve ser observada pelo servidor público no exercício de suas funções e em situações particulares.
- (E) É facultado ao servidor público observar as normas do órgão de atuação e os valores éticos e morais.

Questão 20

(Correta: B)

A ética profissional no serviço público é um pilar fundamental para o funcionamento eficiente e justo das instituições governamentais. Trata-se do conjunto de valores e princípios que guiam a conduta dos servidores públicos, assegurando que suas ações estejam alinhadas com os interesses da sociedade e o bem comum. Acerca do tema, analise as proposições a seguir:

I – Ética não faz parte da vida do ser humano por ser

uma construção social, não exercendo influência em suas atividades individuais, bem como inaplicável ao ambiente profissional.

II – Os servidores públicos têm a obrigação de observar não apenas as normas e regulamentos da instituição à qual estão vinculados, mas, sobretudo, os valores éticos e morais exigidos pela sociedade.

III – A moralidade do ato administrativo é evidenciada pelo equilíbrio entre a legalidade e sua finalidade, devendo a conduta ética prevalecer sobre os interesses particulares do servidor público.

IV – A ética profissional do servidor público representa o conjunto de normas tipificadas que direcionam sua conduta para exercer sua função de maneira ardilosa e mesquinha no juízo de oportunidade e conveniência.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas
- (B) II e III, apenas
- (C) II, apenas
- (D) III, apenas
- (E) II e IV, apenas

Legislação de Interesse Institucional

Questão 21

(Correta: D)

O Ministério Público tem o papel de fiscalizar o cumprimento das leis e políticas públicas voltadas aos idosos, atuando em defesa dos seus direitos à saúde, à assistência social, ao acesso à justiça e à integridade física e moral. Acerca da competência do Ministério Público, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados à pessoa idosa.
- (B) Compete ao Ministério Público atuar como substituto processual da pessoa idosa em situação de risco sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa forem ameaçados ou violados.
- (C) Compete ao Ministério Público promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos das pessoas idosas em condições de risco.
- (D) Compete ao Ministério Público julgar as causas em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, especificamente aquelas que tratam dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa.
- (E) Compete ao Ministério Público instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à pessoa idosa.

Questão 22

(Correta: D)

As comissões da Câmara Municipal são órgãos colegiados permanentes ou temporários, compostos por vereadores, com a finalidade de estudar e emitir pareceres sobre matérias em tramitação, além de realizar investigações e fiscalizações. Sobre as comissões temporárias da Câmara Municipal de São João da Barra, analise as seguintes proposições:

I – As Comissões Transitórias são as que se destinam à apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em outros assuntos de reconhecida relevância, inclusive, participação em Congressos.

II – As Comissões Especiais de Inquérito, constituídas nos termos da Lei Orgânica do Município, destinar-se-ão a examinar irregularidades ou fato determinado que se incluam na competência municipal.

III – As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos e serão

constituídas por deliberação do Presidente ou a requerimento subscrito pela maioria absoluta do Legislativo, independente de deliberação do Plenário.

IV – As Comissões de Investigação e Processantes serão constituídas com as finalidades de apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções e nos termos fixados neste Regimento, na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal pertinente, bem como promover o processo de destituição dos membros da Mesa.

Assinale a alternativa que contenha as proposições verdadeiras:

- (A) I, II e IV, apenas
- (B) I e III, apenas
- (C) Todas são verdadeiras.
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) I e II, apenas

Questão 23

(Correta: D)

O procedimento de adoção envolve uma série de etapas legais e administrativas destinadas a garantir o bem-estar da criança e a adequação dos adotantes. Inicialmente, os interessados devem procurar o Poder Judiciário para manifestar o desejo de adotar, passando por um processo de habilitação que inclui a apresentação de documentos, entrevistas e avaliações psicossociais. Após a habilitação, os candidatos são inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e aguardam a compatibilidade com uma criança. Quando uma criança é indicada, inicia-se a fase de convivência, supervisionada por assistentes sociais e psicólogos, para assegurar a adaptação de ambas as partes. Se bem-sucedida, o juiz realiza a sentença de adoção, conferindo ao adotado os mesmos direitos e deveres de um filho biológico, incluindo a alteração do registro civil para constar os novos pais. Um casal pretende adotar uma criança, mas possui dúvidas sobre o local para propor a ação de adoção. Assinale a alternativa que apresenta o Juízo Competente.

- (A) Vara da Infância e Juventude da comarca do local de nascimento da criança.
- (B) Vara Cível da comarca onde se encontre a criança ou adolescente.
- (C) Vara de Família da comarca do domicílio dos pais adotantes.
- (D) Vara da Infância e Juventude da comarca do domicílio dos pais adotantes.
- (E) Vara de Família da comarca do local de nascimento da criança.

Questão 24

(Correta: E)

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do

Município de São João da Barra do Estado do Rio de Janeiro, a licença maternidade será concedida também à servidora pública que adotar uma criança ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção, respeitando os seguintes períodos em conformidade com a idade da criança, **EXCETO**:

- (A) se a criança tiver de 2 (dois) meses a 1 (um) ano de idade, 120 (cento e vinte) dias.
- (B) se a criança tiver de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos de idade, 30 (trinta) dias.
- (C) se a criança tiver de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos de idade, 60 (sessenta) dias.
- (D) se a criança tiver até 2 (dois) meses de idade, 180 (cento e oitenta) dias.
- (E) se a criança tiver de 8 (oito) anos a 12 (doze) anos de idade, 15 (quinze) dias.

Questão 25

(Correta: E)

A iniciativa popular é um instrumento de democracia direta que permite aos cidadãos proporem leis e outras medidas legislativas. No âmbito municipal, a iniciativa popular está prevista no artigo 29, inciso XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil. Para a proposição de leis de interesse específico do município, é necessário o apoio de, no mínimo, 5% do eleitorado local. No Município de São João da Barra do Estado do Rio de Janeiro, a iniciativa popular:

- (A) A tramitação dos Projetos de Lei de iniciativa popular tem procedimento específico estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara contrário às normas relativas ao processo legislativo.
- (B) Caberá ao Prefeito assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os Projetos de iniciativa popular serão defendidos na tribuna da Câmara.
- (C) É expressamente vedado, em qualquer hipótese, a utilização da tribuna por representantes de entidades civis para manifestação.
- (D) Será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, dez por cento (10%) dos eleitores inscritos no município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
- (E) A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do município.

Conhecimentos Específicos

Questão 26

(Correta: C)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 contempla dispositivos que disciplinam o conjunto de pessoas que prestam serviços ao Estado, dentre os quais se inserem os servidores titulares de cargos efetivos, aqueles que ingressam na Administração direta da União, Estados e Municípios, autárquica e fundacional, por meio de concurso público, para ocupar cargos efetivos criados por lei. Em relação aos direitos assegurados aos servidores públicos ativos e inativos, bem como a interpretação que o Supremo Tribunal Federal confere a esses direitos, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

II. É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

III. Apesar de não ter a função legislativa, cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas o item III está correto.
- (C) Apenas o item I está correto.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 27

(Correta: D)

A ordem social tem como base o primado do trabalho e, como objetivo, o bem-estar e a justiça social, devendo o Estado exercer a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. Com essas palavras, as normas sobre a ordem social são introduzidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Sobre esse tema, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

II. A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas no plano plurianual, não sendo necessário assegurar a cada área a gestão de seus recursos.

III. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

- (A) Apenas o item III está correto.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Apenas o item I está correto.

Questão 28

(Correta: B)

"O catálogo dos direitos fundamentais na Constituição consagra liberdades variadas e procura garanti-las por meio de diversas normas. Liberdade e igualdade formam dois elementos essenciais do conceito de dignidade da pessoa humana, que o constituinte erigiu à condição de fundamento do Estado Democrático de Direito e vértice do sistema dos direitos fundamentais" (Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de direito constitucional. – 14. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019). Em relação aos direitos e garantias constitucionais sobre liberdades, pode-se afirmar que:

- (A) as entidades associativas têm legitimidade e liberdade para representar seus filiados apenas de forma extrajudicial.
- (B) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, devendo ser autorizado pela autoridade competente.
- (D) em que pese seja livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, o Estado pode censurar ou exigir licença para o exercício dessas liberdades.
- (E) apesar de a criação de associações não depender de autorização, é permitida a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 29

(Correta: B)

"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social". Com essas palavras, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 introduz as premissas básicas sobre a ordem econômica e financeira no Estado brasileiro. Esses princípios e fundamentos correspondem a decisões políticas do constituinte originário, repercutindo sobre toda a ação no âmbito do Estado, bem como sobre a interpretação das normas constitucionais e infraconstitucionais. Considerando o tratamento constitucional dado a esse tema, bem como a interpretação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) Lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área não ofende o princípio da livre concorrência.
- (B) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (C) O Estado pode explorar direta e livremente as atividades econômicas, não sendo necessário que essas atividades estejam vinculadas aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (D) É vedado aos Municípios dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado.
- (E) Apesar de relevante, a defesa do consumidor não constitui princípio expresso da atividade econômica do Estado brasileiro.

Questão 30

(Correta: B)

O controle de constitucionalidade é o mecanismo utilizado para verificar a compatibilidade entre uma lei ou ato normativo e a Constituição Federal. Caso a comparação resulte em compatibilidade, a norma é reputada constitucional; caso contrário, deve ser considerada inconstitucional. Sobre o controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) a decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é amplamente recorrível, podendo, inclusive, ser objeto de ação rescisória.
- (B) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é considerado um legitimado universal, pois atua na defesa da ordem jurídica com o primado da Constituição Federal, por isso, pode propor ação direta de inconstitucionalidade, independente do requisito da pertinência temática.
- (C) em busca da celeridade processual, o Procurador-Geral da República não precisa ser previamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei federal em face da Constituição Federal.
- (D) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (E) o Presidente da República e o Governador de Estado são considerados legitimados especiais, pois devem demonstrar a pertinência temática para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 31

(Correta: C)

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa busca tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Em relação ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) A ação ou omissão do agente público que incorrer em improbidade administrativa pode ter como consequência a perda da função pública, a qual se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória, não podendo a autoridade judicial competente, em nenhuma hipótese, determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração.
- (B) Como a imputação de ato de improbidade é pessoal, o sucessor ou o herdeiro daquele que tenha causado danos ao erário ou que tenha se enriquecido ilicitamente não estão sujeitos à obrigação de reparar tais danos até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (C) O agente público que dolosa frustra, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros, comete improbidade administrativa.
- (D) A ação ou omissão do agente público decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, configura ato de improbidade administrativa.
- (E) A ação por improbidade administrativa pode ser preventiva ou repressiva, possuindo um caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal, constituindo-se em ação civil, sendo plenamente permitido o seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Questão 32

(Correta: A)

Abelardo, empresário do ramo de móveis, resolveu doar 2000 carteiras escolares para o Município "ZW", tendo em vista a situação precária do mobiliário utilizado pela Escola Municipal Aprender com Alegria. Feita a substituição das carteiras, o Prefeito do Município "ZW" resolve alienar as carteiras antigas. Diante desse caso, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A afetação é um fato administrativo pelo qual é atribuído a um bem público uma destinação de interesse público. Por outro lado, a desafetação é um fato administrativo por meio do qual um bem utilizado em uma finalidade pública é desativado, deixando de

atender a finalidade pública.

II. Os bens públicos como regra são inalienáveis, nesse sentido, as pessoas jurídicas de direito público não podem transferir a terceiros os bens móveis e imóveis de sua propriedade. Porém, essa regra é relativizada quando se trata de um bem público dominical.

III. Para realizar a alienação pretendida, o Prefeito do Município "ZW" deverá realizar procedimento licitatório, na modalidade de pregão, valendo-se do critério de julgamento do maior lance.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 33

(Correta: C)

Em sentido estrito, o poder de polícia é a prerrogativa de que dispõe a Administração Pública para condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas. Partindo-se desse conceito e considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Competente exclusivamente à União a fixação do horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

II. A interdição de um estabelecimento pela vigilância sanitária, buscando evitar que os despejos do proprietário em relação ao cumprimento das normas de higiene prejudiquem a saúde da população pode ser considerada um exemplo do exercício do poder de polícia.

III. A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 34

(Correta: C)

Heitor, servidor público municipal, dirigindo um veículo oficial, a serviço, avançou o sinal vermelho, vindo a colidir com o veículo de Laura, ocasionando-lhe danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Nessa situação hipotética, analisando a responsabilidade civil do Município em relação ao particular, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de conduta culposa do motorista, o Município não pode ser responsabilizado, devendo Laura demandar judicialmente diretamente contra o servidor público.

- (B) em razão da teoria do risco administrativo, como o servidor condutor do veículo estava dirigindo a serviço, não pode ser responsabilizado pelo exercício de suas funções.
- (C) o Município responde de maneira objetiva pelos danos causados à Laura, podendo cobrar do servidor o valor desembolsado em ação de regresso.
- (D) o Município responde subjetivamente, já que a culpa recai sobre o servidor público motorista, que agiu com imprudência e imperícia no desempenho da função.
- (E) não se aplica a responsabilidade objetiva, pois o dano não foi causado por um ato administrativo, mas sim por um fato.

Questão 35

(Correta: C)

As contratações realizadas pela Administração Pública são formalizadas por contratos predominantemente regidos pelo direito público, contendo cláusulas exorbitantes a favor da Administração devido ao interesse público envolvido. Essas relações são caracterizadas pela verticalidade, onde a Administração ocupa uma posição superior em relação ao contratado, em virtude dessas cláusulas que derivam diretamente da lei e podem ser aplicadas independentemente de previsão contratual. A respeito dos contratos administrativos, assinale a opção correta:

- (A) Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e trabalhistas, mesmo que não se comprove falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- (B) Por se submeterem ao princípio da formalidade, todos os contratos administrativos devem ser obrigatoriamente escritos, não existindo possibilidade para contrato administrativo verbal, ainda que para pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento.
- (C) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- (D) Em razão das cláusulas exorbitantes, a Administração Pública possui a prerrogativa de aplicar sanções ao contratado por atraso ou inexecução total ou parcial das cláusulas contratuais, sem a necessidade de conceder o contraditório e a ampla defesa.

- (E) Nas alterações unilaterais, o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

Questão 36

(Correta: D)

"A jurisdição pode ser entendida como a atuação estatal visando à aplicação do direito objetivo ao caso concreto, resolvendo-se com definitividade uma situação de crise jurídica e gerando com tal solução a pacificação social" (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. 13 ed. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2021, p. 61). Partindo desse conceito e considerando as regras previstas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.
- II. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- III. Caso tenha ocorrido a violação do direito, não deve ser admitida ação meramente declaratória.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Apenas o item III está correto.

Questão 37

(Correta: A)

Marcos e Roberto firmaram contrato de compra e venda de um veículo no valor de R\$ 60.000,00, restando estabelecido o pagamento parcelado da obrigação. De acordo com o instrumento particular, Marcos deveria realizar o pagamento em doze parcelas mensais de R\$ 5.000,00, com vencimento para o dia dez de cada mês. Quando Marcos foi efetuar o pagamento da penúltima parcela, Roberto, sem justa causa, se recusou a receber a quantia. Diante disso, Marcos foi aconselhado por um advogado que, nos casos previstos em lei, o devedor pode requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia devida. Considerando as regras previstas, no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), para a ação de consignação em pagamento, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 10 (dez) dias contados da data do respectivo vencimento.
- II. Em regra, a consignação deve ser requerida no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.

III. Julgado procedente o pedido da consignação, o juiz deve declarar extinta a obrigação e condenar o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 38

(Correta: E)

"A ideia de personalidade está intimamente ligada à de pessoa, pois exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres. Esta aptidão é hoje reconhecida a todo ser humano, o que exprime uma conquista da civilização jurídica" (PEREIRA, Caio Mário da S. Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil: Teoria Geral de Direito Civil. v. I. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024). Considerando o tratamento atual dado às pessoas naturais no Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Aquele que por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade, é considerado absolutamente incapaz.

II. Para os menores de dezoito anos, a incapacidade cessa pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento privado, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

III. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Apenas o item III está correto.

Questão 39

(Correta: A)

Considerando o tratamento atual dado às pessoas jurídicas no Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), assinale a alternativa correta:

- (A) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

- (B) Decai em quatro anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (C) A pessoa jurídica de direito privado se confunde com os seus sócios, não havendo que se falar em autonomia patrimonial das pessoas jurídicas na ordem jurídica brasileira.
- (D) Apesar do avanço da tecnologia, o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) ainda não contempla a possibilidade de as assembleias gerais das pessoas jurídicas de direito privado serem realizadas por meio eletrônico.
- (E) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Questão 40

(Correta: E)

"O negócio jurídico corresponde a um fato jurídico, de conteúdo lícito, resultante da manifestação de vontade, a que o ordenamento jurídico atribui os efeitos designados como queridos, respeitados os pressupostos de existência, validade e eficácia impostos pela norma jurídica" (AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2002). Partindo desse conceito, assinale a alternativa correta considerando as regras previstas no Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002):

- (A) O negócio jurídico celebrado com vício resultante de erro, dolo ou lesão é nulo de pleno direito, não havendo possibilidade de confirmação ou retificação ulterior.
- (B) Em regra, a incapacidade relativa de uma das partes sempre pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- (C) É anulável, no prazo decadencial de cinco anos, o negócio jurídico que tenha por objetivo fraudar lei imperativa.
- (D) Um negócio jurídico celebrado com absolutamente incapaz é anulável no prazo de cinco anos.
- (E) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

Questão 41

(Correta: B)

Considerando que os princípios e as imunidades constituem limitações ao poder de tributar do Estado, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta, segundo os ditames da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal:

I. A União não pode instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

II. Os Estados e os Municípios podem cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

III. A norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária também se sujeita ao princípio da anterioridade.

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 42

(Correta: D)

"A finalidade última do Estado é a realização do bem comum. E para isso o Estado precisa prover e aplicar os recursos financeiros. Daí por que os fins da atividade financeira coincidem com as próprias finalidades da atuação estatal destinada à satisfação das necessidades coletivas, que crescem na mesma proporção do agigantamento do Estado moderno" (HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. – 29. ed. – São Paulo: Atlas, 2020). Para dar conta das necessidades coletivas, o Estado brasileiro vem implementado instrumentos legais que tratam do orçamento, das receitas e das despesas públicas. Considerando as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) O Poder Executivo publicará, até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos cinco meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

- (C) A lei orçamentária anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- (E) Para atender as demandas da sociedade, admite-se o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

Questão 43

(Correta: C)

A constituição regular do crédito tributário tem como principal efeito tornar líquida, certa e exigível a obrigação já existente. Como consequência natural desse processo, a exigibilidade impõe ao sujeito passivo o dever de adimplir a obrigação e, em caso de descumprimento, permite que a Administração Tributária promova os atos executivos necessários para o recebimento coativo do que lhe é devido. Contudo, existem hipóteses em que a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa. Diante disso, assinale abaixo a alternativa que contempla apenas causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- (A) Pagamento e a decadência.
- (B) Conversão de depósito em renda e a remissão.
- (C) Moratória e o depósito do montante integral do crédito.
- (D) Prescrição e o parcelamento.
- (E) Compensação e a transação.

Questão 44

(Correta: D)

Sobre os crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa que apresenta a resposta correta:

I - O Código Eleitoral não prevê tipos penais eleitorais, matéria reservada exclusivamente ao Código Penal Brasileiro.

II - Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado é crime punido com pena de detenção de dois meses a um ano ou pagamento de multa.

III - Caluniar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime tem previsão no Código Penal Brasileiro no capítulo dos crimes contra a honra.

Estão corretas as assertivas:

- (A) apenas a assertiva I.
- (B) todas as assertivas estão erradas.
- (C) todas as assertivas estão corretas.
- (D) apenas a assertiva II.
- (E) apenas a assertiva III.

Questão 45

(Correta: D)

São órgãos da Justiça Eleitoral:

- (A) O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais
- (B) O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, juntamente com a justiça comum
- (C) Apenas o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, que são compostos, por sua vez, pelos juízes e juntas eleitorais
- (D) O Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral, as juntas eleitorais e os juízes eleitorais
- (E) O Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral e os juízes eleitorais, pois as juntas eleitorais não comportam função na Justiça Eleitoral, mas apenas administrativamente

Questão 46

(Correta: E)

De acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil vigente, assinale a opção que contenha condições de elegibilidade:

- (A) pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral e idade mínima de vinte e um anos para Vereador

- (B) alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e idade mínima de vinte e oito anos para Governador
- (C) nacionalidade brasileira, pleno exercício de direitos políticos e idade mínima de trinta anos para Presidente
- (D) nacionalidade brasileira, filiação partidária e idade mínima de vinte anos para Deputado Federal
- (E) nacionalidade brasileira, pleno exercício de direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente

Questão 47

(Correta: E)

Sobre a composição do Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com a Constituição Federal vigente, assinale a assertiva correta:

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto aberto dos membros do Poder Judiciário, de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e, por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados e membros do Ministério Público, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto dos membros do Congresso Nacional de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e, por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Congresso Nacional.
- (C) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e, por nomeação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Presidente da República.
- (D) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo povo, de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Tribunal Federal de Recursos e, por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

- (E) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e, por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 48

(Correta: E)

Sobre o tema Propaganda Eleitoral assinale a resposta correta tendo como base a Lei das Eleições (Lei 9504/97):

- (A) é autorizada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.
- (B) a propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano anterior ao da eleição.
- (C) poderá ser realizada, desde que custeada pelo candidato, qualquer tipo de propaganda política no rádio e na televisão.
- (D) na propaganda dos candidatos a cargo majoritário não é necessário constar, também, os nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador, que se exige apenas para eleições a cargos proporcionais.
- (E) não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.

Questão 49

(Correta: B)

No que diz respeito às normas celetistas que instruem o Processo do Trabalho, marque a única opção incorreta:

- (A) O Princípio da Verdade Real prevalece no âmbito processual trabalhista, visto que a verdade dos fatos se sobrepõe ao formalmente pactuado.
- (B) São requisitos para reconhecimento de vínculo empregatício a pessoalidade, subordinação, onerosidade, formalidade e não eventualidade.
- (C) Em regra, na Justiça do Trabalho as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato.
- (D) São indicadores de transcendência, previstos na CLT, como pressuposto ao exame de Recurso de Revista pelo Tribunal Superior do Trabalho, os reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- (E) Quando a norma processual trabalhista for omissa, o direito processual comum (ordinário) será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto quando incompatível com as normas gerais trabalhistas.

Questão 50

(Correta: D)

No que tange à responsabilidade subsidiária da Administração Pública, prevista na Súmula nº 331 do TST – Tribunal Superior do Trabalho, podemos afirmar que:

- (A) A responsabilidade subsidiária da Administração Pública decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente por ela contratada.
- (B) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.
- (C) A Administração Pública, como tomadora de serviços, responde subsidiariamente, de forma objetiva e absoluta, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas das suas contratadas.
- (D) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações previstas na Lei de Licitações, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
- (E) Todas as opções acima estão incorretas.

Questão 51

(Correta: D)

Dentre os direitos trabalhistas previstos no art. 7º da Constituição Federal de 1988, qual dos direitos abaixo listados NÃO está constitucionalmente previsto:

- (A) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- (C) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- (D) Equiparação salarial entre trabalhadores quer exerçam funções de idêntica natureza.
- (E) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

Questão 52

(Correta: B)

É sabido que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente possui um extenso catálogo de direitos e garantias fundamentais. Reconhece-se que os direitos e garantias fundamentais vão além daqueles previstos no art. 5º da constituição, podendo mesmo ser extraídos do regime e dos princípios por ela adotados. Sobre os tratados internacionais de direitos humanos e o texto constitucional, marque a assertiva que se apresenta como CORRETA:

- (A) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, admitindo que sejam extraídos também dos tratados internacionais, desde que aprovados por maioria simples.
- (D) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, porém não podem ser extraídos da ordem internacional por ferir a soberania do Brasil.
- (E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às legislações federais.

Questão 53

(Correta: D)

Os direitos fundamentais são divididos doutrinariamente em gerações ou dimensões. É pacífica em doutrina a composição dos direitos fundamentais em primeira, segunda e terceira geração ou dimensão, que são, respectivamente, associadas aos direitos de liberdade, igualdade e fraternidade. Com a atenção voltada para as estas gerações ou dimensões de direitos fundamentais, assinale a assertiva correta:

- (A) a livre manifestação do pensamento é um direito fundamental de segunda geração/dimensão
- (B) o direito à propriedade é considerado um direito fundamental de terceira geração/dimensão
- (C) a liberdade de associação é um direito fundamental de segunda geração/dimensão
- (D) o direito à vida é considerado um direito fundamental de primeira geração/dimensão

- (E) a garantia de igualdade entre homens é um direito fundamental de terceira geração/dimensão

Questão 54

(Correta: D)

Assinale a alternativa que **NÃO** traz um direito fundamental:

- (A) livre manifestação do pensamento e à defesa do consumidor
- (B) direito à herança e direito à propriedade
- (C) direito à irretroatividade da lei penal (salvo em benefício do réu) e direito à igualdade
- (D) direito à vida e direito ao trabalho forçado
- (E) direito de não ser torturado e direito à livre expressão artística

Questão 55

(Correta: D)

Acerca das definições trazidas pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), assinale a resposta correta:

- (A) discriminação racial ou étnico-racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto garantir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- (B) políticas públicas consiste em ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado e por instituições privadas no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- (C) desigualdade de gênero e raça é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres brancas ou negras e os demais segmentos sociais.
- (D) desigualdade racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (E) população negra constitui o conjunto de pessoas que pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não se admitindo autodeclaração neste sentido.

Questão 56

(Correta: B)

Segundo a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A constituição cuida do meio ambiente no Art. 225, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (B) A constituição de 1988 não trata do meio ambiente, o que se justifica pelo fato de que na época de sua elaboração não se falava em mudanças climáticas e o meio ambiente ainda não era uma preocupação.
- (C) A constituição cuida do meio ambiente no Art. 225, disciplinando que a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional.
- (D) A constituição cuida do meio ambiente no Art. 225, asseverando ser ele um bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida.
- (E) A constituição cuida do meio ambiente no Art. 225, dispondo que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Questão 57

(Correta: D)

São instrumentos da política urbana, previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), EXCETO:

- (A) Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- (B) Planejamento municipal, em especial, o plano diretor.
- (C) Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
- (D) A jurisprudência dos tribunais em matéria urbanística.
- (E) Planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

Questão 58

(Correta: C)

Sobre a legislação de crimes ambientais assinale a questão que apresenta a resposta CORRETA:

- (A) Aplicam-se aos crimes ambientais de menor potencial ofensivo o art. 89 da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), sem qualquer ressalva.
- (B) A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas; prestação de serviços em asilos e orfanatos comunitários.

- (C) Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; a situação econômica do infrator, no caso de multa.
- (D) As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são, a suspensão parcial ou total de atividades; a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, o tombamento administrativo do estabelecimento.
- (E) São circunstâncias que atenuam a pena o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente; arrependimento do infrator, manifestado pela reparação do dano, espontânea ou não, ou limitação significativa da degradação ambiental causada; comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental; colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Questão 59

(Correta: B)

Acerca da política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, cujo o objetivo é o de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, assinale a resposta correta, tendo como base a Constituição Federal e a legislação pertinente:

- (A) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na legislação federal.
- (B) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (C) Também os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião.
- (D) Assim como o plano diretor, também as normas gerais sobre direito urbanístico ficam a cargo da legislação municipal aprovada pela respectiva Câmara.
- (E) As desapropriações de imóveis urbanos e rurais serão feitas com posterior e justa indenização em dinheiro.

Questão 60

(Correta: A)

Sobre os princípios da prevenção e da precaução no direito ambiental, assinale a afirmativa CORRETA:

- (A) O princípio da prevenção diz respeito ao dever de proteger e preservar o meio ambiente de um perigo certo, já o princípio da precaução se aplica diante de incertezas científicas sobre os impactos que uma certa atividade pode causar ao meio ambiente.
- (B) O texto constitucional não se preocupa com tais princípios, uma vez que prevê a possibilidade de responsabilidade civil, administrativa e criminal do agente que polui, de modo que a indenização resolve o dano ambiental causado.
- (C) Tais princípios são apenas doutrinários, não se podendo falar em princípios da prevenção ou da precaução de modo expresso na legislação ambiental.
- (D) O princípio da prevenção é sinônimo de precaução, podendo ser usados indistintamente para falar sobre a necessidade de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- (E) Os princípios do direito ambiental são apenas sugestões para que o Poder Público aja em prol do meio ambiente, não se podendo falar em sua vinculação normativa.

Prova Discursiva

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 1.

ANTES DE INICIAR A RESPONDER A PROVA DISCURSIVA LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

*A Prova Escrita Discursiva será constituída por uma questão que aborde um dos assuntos contemplados no Conteúdo Programático e não será realizada com o auxílio de nenhuma fonte de consulta.

*A Prova Escrita Discursiva deverá ser respondida em, no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo 30 (trinta) linhas.

*A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a folha de textos definitivos.

*Será atribuída nota zero à Prova Escrita Discursiva escrita a lápis.

*A folha de texto definitivo da Prova Escrita Discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter qualquer marca feita pelo candidato que o identifique, sob pena de anulação e automática eliminação deste no Concurso.

*Somente o texto transcrito para a folha de texto definitivo será considerado válido para a correção da Prova Escrita Discursiva.

*O candidato que redigir texto que não se enquadre nas quantidades mínima e máxima estabelecidas acima, não terá sua Prova Escrita Discursiva corrigida e será eliminado do concurso.

*O espaço para rascunho é de uso facultativo e não será considerado para fins de correção.

*Não haverá substituição da folha de textos definitivos por erro do candidato.

*NÃO DEIXE DA ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA

BOA SORTE!!!

Questão 01

(Correta: A)

A administração pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem funções para o atendimento dos interesses e necessidades da coletividade, guiada pelos Princípios expressos na Constituição Federal da República. Dentro desse contexto, o ato administrativo configura-se como essencial, visto que constitui o meio pelo qual a administração pública expressa sua vontade, concretizando as diretrizes e objetivos estabelecidos pela lei. De acordo com Hely Lopes Meirelles, ato administrativo compreende:

"Toda manifestação unilateral da administração pública, que agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato, adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direito, ou impor obrigação aos administrados ou a si própria."

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 39. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012).

Em exegese complementar, Maria Sylvia Zanella Di Pietro conceitua o ato administrativo como:

"[...] a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário."

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo – 36. ed. – [2. Reimp.] – Rio de Janeiro: Forense, 2024, Pp 234-235).

Nesse sentido, desenvolva um texto dissertativo, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, abordando aspectos sobre o ato administrativo. Em sua resposta apresente os elementos do ato administrativo, discorra acerca dos atributos do ato administrativo, diferencie atos vinculados de atos discricionários e cite e explique uma forma de invalidação de um ato administrativo.